



REQUERIMENTO	Número	/	(. ^a)	
PERGUNTA	Número	/	(. ^a)	
Assunto:					
Addutto.					
Doctionatéria					
Destinatário:					

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

As duas últimas épocas de incêndios florestais ficaram marcadas, entre outras vicissitudes, pelo colapso do sistema de comunicações de emergência e segurança, operado pelo "SIRESP".

Logo após as tragédias de 2017, o Primeiro-Ministro acusou a ALTICE, em pleno debate na Assembleia da República de ser a responsável pelas falhas do sistema de comunicações.

Em 22 de agosto de 2017, o Governo fez saber que seriam aplicadas multas à empresa SIRESP por incumprimento do contrato estabelecido com Estado através de uma parceria público-privada. Segundo o Governo, "um conjunto de argumentos técnicos e legais mostra que as constantes falhas da rede de emergência dificultaram as operações de controlo e comando no combate aos fogos."

Em 23 de outubro de 2017, o Ministro da Administração Interna anunciou na comunicação social que o "Governo decidiu assumir 54% do capital da SIRESP, SA.

Recordamos que, logo após os incêndios de 2016, a Administração Interna recebeu um relatório sobre as falhas do SIRESP durante essa época de incêndios com propostas e sugestões de melhoria que deveriam ser feitas de modo evitar a repetição do colapso do sistema ocorrido ao longo desses meses, mas que não foram feitas entre 2016 e 2017.

Mais recentemente, a comunicação social trouxe a público que o Governo se encontrava de facto a negociar a aquisição de capital do SIRESP com algumas empresas que faziam até agora parte do conjunto de acionistas da empresa gestora do sistema de comunicações de emergência e segurança.

Os Deputados subscritores desta Pergunta Parlamentar consideram que, mais importante do que a posse do capital do SIRESP ser público ou privado, é garantir que o sistema funciona e

corresponde às necessidades das entidades que zelam pela segurança dos portugueses.

Não foi esse o entendimento do Governo, pelo que o atual resultado espelha incapacidade/falhanço da política governamental anunciada ou então uma cedência aos interesses da Altice cujos contornos têm de ser conhecidos e devidamente escrutinados.

Lembram ainda que, recentemente, o Governo anunciou um conjunto de investimentos em equipamentos de modo a fortalecer a capacidade do SIRESP, parceria que termina em 2021.

Tendo em conta o disposto na alínea d) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente, o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta, o(a)s Deputado(a)s do PSD, abaixo-assinados, vêm por este meio solicitar a Sua Excelência o Ministro da Administração Interna, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

- 1 O que explica o incumprimento pelo Governo da sua intenção de aquisição maioritária de capital?
- 2 Existe algum acordo escrito entre os acionistas que conceda determinadas garantias ou privilégios ao Estado, através do Governo, na nomeação do Presidente, em matéria de investimentos ou opções estratégicas?
- 3 Qual o montante financeiro despendido pelo Governo na aquisição do capital do SIRESP SA?
- 4 Cobrou o Governo alguma multa à empresa SIRESP SA nos anos de 2017 ou 2018?
- **5** Está o Governo a preparar uma solução alternativa de comunicações de segurança e emergência para o período pós-2021?

Palácio de São Bento, 3 de agosto de 2018

Deputado(a)s

FERNANDO NEGRÃO(PSD)

DUARTE MARQUES(PSD)

CARLOS PEIXOTO(PSD)

LUÍS MARQUES GUEDES(PSD)

ANDREIA NETO(PSD)

SANDRA PEREIRA(PSD)